

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

APELO A TODOS OS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Camarada:

Todos nós sabemos que sempre fomos das maiores vítimas da exploração do homem pelo homem.

Apelidado de rude, tu, tal como todos os outros da nossa classe, com o teu esforço e saber, construiste as escolas, as faculdades e as universidades para as classes privilegiadas às quais te era negado o acesso.

Tu construístes hotéis para usufruto dos teus exploradores. Tu construístes casas, enquanto tinhas e tens de viver em barracas.

Em suma, tu és a grande força que modifica a face dum nação.

Tu és a mola real da maior indústria do nosso país.

Tu és aquele que pelo regime fascista foi encarado como animal de carga. Foste a maior vítima da escravatura moderna. Pois vendias a tua mão-de-obra para enriquecimento de tão nefasto regime.

Tudo parecia modificar-se com essa onda de esperança chamada 25 de Abril.

Contudo, como outrora, continuas a ser a maior vítima da sociedade que tu ajudaste e ajudas a enriquecer.

Conhecedor da qualidade e do esforço do teu trabalho tentas trazer para ti, através das tuas justificadas reivindicações, aquilo que ao menos te permitisse sobreviver já que até este momento mal tens conseguido existir.

Aquilo que humanamente procuraste foi e é encarado pe-

los teus vis exploradores como uma forma de um pouco lhe reduzir a larga margem de lucros.

Ora, isso não podia nem pode ser admitido pelos sabujos burgueses e em troca daquilo que lhe deste de bandeja (grandes hotéis de luxo, praias, suculentas comidas e bebidas e todas as formas de gozo que a burguesia inspirou) deram-te o despedimento e o desemprego.

Com o desemprego procuram trazer ao seio de todos nós a divisão, a fim de abrir brechas nas nossas fileiras.

Esta arma fascista tem que ser combatida com outra arma: a nossa união.

A — O QUE SERÁ PRECISO FAZER PARA ALCANÇAR ESSE OBJECTIVO?

1.º — Não permitir que as empresas despeçam mais operários.

2.º — Organizar e participar em manifestações contra o despedimento, ou seja, contra o patronato.

3.º — Organizar e participar em manifestações contra o colonialismo.

4.º — Apoiar as greves de todos os trabalhadores, ajudando-os com um dia do nosso trabalho.

5.º — Fazer pressão sobre os sindicatos exigindo dos mesmos linhas de actuação de sindicatos livres, isto é, de defesa dos trabalhadores e não de sindicatos reformistas.

B — COMO ACTUAR CONTRA O DESPEDIMENTO?

1.º — Sempre que o patronato tente despedir um operário devem os outros operários fazer pressão para que tal não aconteça, utilizando a greve e retendo os patrões nos locais de trabalho.

2.º — Organizar dentro das empresas comissões de trabalhadores que tenham por lema única e simplesmente a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores.

3.º — Organizar dentro das empresas, quadros técnicos da nossa confiança capazes de se apossarem das mesmas na altura adequada.

Estes pontos só se poderão executar desde que se proceda a um saneamento consciente de maneira a dismantelar a orgânica fascista.

Camaradas, nós, trabalhadores de Tróia, defrontamo-nos neste momento com grandes problemas.

Nos princípios de Maio, os operários de Tróia entram em greve a fim de obterem a satisfação das suas reivindicações. Contudo, esse movimento falha pela sua deficiente organização.

Este facto foi bem explorado pela administração pois tudo quanto os operários julgavam ser a título definitivo foi a título provisório. A luta que poderia ser vencida num só dia acabou por perdurar até à presente data pois sempre a administração procurou criar impas-

ses ao cumprimento do prometido, tendo por base o provisório e o não querer ultrapassar a lei.

Foi também reivindicado pelos trabalhadores o saneamento de alguns indivíduos que todos sabiam como haviam prejudicado a classe trabalhadora.

A comissão de trabalhadores tendo em vista que jamais os trabalhadores não seriam ludibriados sem o saneamento de quem teve por expoente máximo a defesa da administração (patronato) exerce pressão para que os indivíduos apontados fossem postos na rua.

Vários trabalhadores se prestaram a impedir o acesso de um engenheiro que sempre nos havia prejudicado.

Nesse intuito à entrada do escritório barram a saída do focado engenheiro exigindo que lhes fosse garantida a sua saída de Tróia.

Tal medida veio originar um movimento por parte de alguns empregados de escritório no sentido de proteger o citado «senhor» difamando e acusando a comissão. Um deles, levado pelos ímpetos de falso proteccionista diz mesmo que antes do 25 de Abril as pessoas não tinham coragem para aquilo e que a famigerada comissão era a culpada do que estava a acontecer, etc...

Os trabalhadores reagiram e para bem da questão mesmo apelidados de rudes expuseram os seus porquês retirando-se do local depois de deixarem vivamente assente o seu desejo, ou seja, o não à entrada daquele engenheiro na empresa.

É de notar que mais tarde esses empregados de escritório levam ao conhecimento da administração o seu desejo de uma nova Comissão excluindo desta a já existente comissão de trabalhadores.

A administração não anuiu, pois logicamente, se apercebeu que tal separação lhe iria acarretar grandes dissabores por parte da classe operária.

Contudo, foi garantido que iria haver uma nova comissão mais representativa indo-se proceder a eleições com esse fim.

Para bem de todos os trabalhadores, em geral, é lógico que quanto mais representatividade tenha uma comissão de trabalhadores mais possibilidades tem de defender os interesses da classe.

Contudo, chama-se a atenção dos trabalhadores para os representantes que devem eleger, que, quanto a nós:

1.º — devem ser honestos e terem como base a defesa intransigente dos interesses da classe.

2.º — devem ser tão inteligentes como é de desejar e terem demonstrado antes do 25 de Abril que efectivamente se identificam com os interesses da classe trabalhadora.

Tendo em consideração o focado, só assim se obterá o expoente máximo do nosso objectivo: A UNIÃO DA CLASSE TRABALHADORA CONTRA A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM.

Um grupo de trabalhadores da construção civil de Tróia.

AOS TRABALHADORES

COM O FIM DE AUXILIAR AS TRABALHADORAS DA «SOGANTAL» E «CHARMINHA» A ESCOAR A PRODUÇÃO DAS SUAS FABRICAS CONSTITUIU-SE UMA COMISSÃO DE TRABALHADORES PUBLICITARIOS PRONTA A POR AO SERVIÇO DAS LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA OS SEUS CONHECIMENTOS DE TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO.

ESTA COMISSÃO ESTARÁ A DISPOSIÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES QUE DELA NECESSITEM AS TERÇAS-FEIRAS, DAS 19 AS 21, NA SEDE DO SINDICATO LIVRE DOS PUBLICITARIOS, NA ESTRADA DE BENFICA, 239, EM LISBOA, COM O TELEFONE 78 15 55.



CONTINUA A LUTA NA EFACEC-INEL

EFACEC-INEL-LISBOA

LEVA A DECISÃO DE GREVE À VITÓRIA

No seguimento da reunião havida no passado dia 20 com a CDDT no Ministério do Trabalho, efectuou-se mais um plenário dos trabalhadores da Efacec-Inel (Sul), desta vez para analisar e tomar uma posição face à proposta apresentada pelo novo ministro do Trabalho.

Essa proposta tinha os seguintes pontos:

1 — Suspensão imediata da greve;

2 — Negociações no M. T. com a duração limite de 8 dias após a suspensão da greve;

3 — As negociações serão entabuladas por um representante do M. T., pelos representantes dos trabalhadores e pela Administração.

O plenário iniciou-se com um primeiro ponto de informações. A Comissão de Defesa e Direito dos Trabalhadores (CDDT) começou por ler o seu comunicado n.º 5, no qual relatava sintetica-

mente as conversações tidas no M. do T., ao mesmo tempo que denunciava a atitude assumida por um pequeno grupo de trabalhadores da Efacec-Inel (Sul) o qual, após aprovação e aceitação de um conjunto de propostas a favor da continuação da greve, abandonou a reunião tendo depois, sem dar contas do seu comportamento aos restantes trabalhadores, contactado directamente com o M. do T. onde pôs em causa a validade da decisão da greve.

A grande maioria dos trabalhadores presente no plenário repudiou vivamente essa atitude.

No prosseguimento do ponto de informações, um dos trabalhadores que se tinha integrado no referido grupo, tentou pôr em causa a representatividade do jornal da greve e do Grupo de Animação Cultural. Outros trabalhadores defendendo posições contrárias, ou seja, a defesa da necessidade e da utilidade quer do jornal de greve quer do Grupo de Animação Cultural, abertos à colaboração de todos os trabalhadores, obtiveram a adesão e o apoio da grande maioria dos trabalhadores presentes.

Foi ainda dada a informação, vivamente aclamada, de que os trabalhadores da Lisnave apoiavam a greve na Efacec-Inel (Sul) contribuindo, nomeadamente, com a recolha permanente de dinheiro para o fundo de greve.

Passando-se ao 2.º ponto da ordem de trabalhos — posição face à proposta do Ministro do Trabalho — os intervenientes, de um modo geral, para além de criticarem as provocações da Administração, condicionaram a suspensão (e não o fim) da greve e a entrada em negociações à aceitação por parte da Administração de dois pontos prévios:

1 — Pagamento dos dias de greve;

2 — Proibição dos despedimentos sem justa causa.

Entretanto das três propostas entradas na mesa, uma foi imediatamente recusada pela assembleia, acabando por ser aprovada, por larga maioria, uma proposta que ia no sentido de algumas das intervenções mais apoiadas pela assembleia. O seu conteúdo é o seguinte:

1. Considerando

1.1. que os trabalhadores da Inel-Efacec (Sul) se encontram em greve por culpa exclusiva da Administração

1.2. que essa se vem arrastando há longo tempo com manifesto prejuízo para os trabalhadores, a economia nacional e a empresa

1.3. que nas conversações havida com o sr. M. do T. este nos garantiu o seu interesse em que o diferendo se resolva rapidamente a favor dos trabalhadores

1.4. que o sr. M. do T. nos merece toda a confiança.

2. Decide-se

2.1. aceitar a sugestão do sr. M. do T., encetar rapidamente negociações com a Administração as quais devem estar concluídas no prazo de 8 dias.

2.2. considerar como condições prévias para o estabelecimento das negociações o seguinte:

a) pagamento dos dias de greve;

b) que sejam proibidos os despedimentos sem justa causa.

2.3. logo que as alíneas a) e b) do número anterior sejam satisfeitas, a CDDT dará imediatamente ordem de suspensão da greve.

Assim, os trabalhadores da Efacec-Inel (Sul), prosseguem a sua luta até que a Administração ceda às reivindicações citadas.

TEXTOS DO JORNAL DA GREVE DOS TRABALHADORES

A NOSSA GREVE CLARIFICA-SE

A nossa greve arrasta-se há já longos dias, e no momento em que votámos a greve quase toda a gente estava de acordo com ela (houve apenas uma meia dúzia de votos contra), começou logo a notar-se, ao terceiro ou quarto dia, uma corrente, primeiro tímida e agora cada vez mais forte, que punha dúvidas no interesse da nossa greve.

Essas pessoas eram, na sua generalidade, facilmente definíveis: ou se tratava de pessoas que, pelas grossas maquilas que conseguem na situação actual, não estão nada interessadas em que a situação se altere, ou se tratava de pessoas que pela sua longa estadia na casa, viam com temor as possíveis consequências, a nível pessoal, duma tomada de posição dura.

Hoje as posições estão radicalizadas.

É maior o número das pessoas que não querem a continuação da greve. É, no entanto, muito mais firme a posição dos que continuam a aderir à greve.

E quem é que continua firme na sua posição de greve?

OS OPERÁRIOS!

Porque são os operários que estão abaixo do nível de subsistência.

Porque são os operários que sentem, na carne, todo o peso da exploração.

Porque são os operários que estão habituados a passar mal e não os assusta que a greve os obrigue a passar mal mais uns dias.

A GREVE DA EFACEC-INEL É NESTE MOMENTO UMA GREVE DE OPERÁRIOS!

A GREVE DA EFACEC-INEL É A GREVE DOS MAIS EXPLORADOS CONTRA OS EXPLORADORES!

É UMA GREVE JUSTA E HÁ-DE VENCER!

A SITUAÇÃO ECONOMICA-FINANCIERA DA EFACEC-INEL

Camaradas,

Temos vindo a defender que a nossa empresa tem capacidade financeira para responder às nossas justas reivindicações. Já o demonstrámos na análise superficial que fizemos do relatório de contas da empresa e continuaremos a fazê-lo.

Nós que lutamos por um ordenado mínimo de cinco mil escudos para pessoal indeferenciado e seis mil para pessoal classificado, assim como por um horário semanal de 40 horas, não podemos abdicar da nossa justa luta.

Sabemos perfeitamente que a economia nacional atravessa uma crise motivada pelas suas próprias contradições, o que aliás, já se verificara antes do dia 25 de Abril, com os aumentos de desemprego sobretudo no ramo electrónico.

Sabemos também, que estas crises não são motivadas por nós e como tal devemos sempre salvaguardar os nossos justos interesses, reivindicando e exigindo um horário se-

manal de 40 horas, para que a empresa possa empregar mais operários.

Mas voltemos à capacidade financeira da empresa e analisemos as sociedades que se dedicam à indústria de material eléctrico. Verificamos que a EFACEC é uma das filiais da ACEC que conjuntamente com a ITT, PLESSEY e BIC obtiveram em 1971 50% das receitas de 199 sociedades do ramo.

Por outro lado sabemos também que o Banco Fonseca & Burnay é um dos principais accionistas que é quanto ao valor do capital nominal, o 13.º banco português mas o 8.º no que toca aos capitais próprios. B, quanto ao valor dos depósitos e da carteira comercial, o 7.º banco, mas o 4.º no que toca à carteira de títulos.

Efectivamente, nos últimos anos, o Banco Fonseca & Burnay tem-se dirigido para a participação em importantes empreendimentos e para a associação com não menos importantes grupos estrangeiros e portugueses.

Reforçou os seus laços com as empresas associadas da SOCIÉTÉ GENERALE DE BELGIQUE. Na CRGE o banco passou a deter 5% do capital e na COMPANHIA DOS DIAMANTES DE ANGOLA quase 10%.

Criou ligações como poderoso grupo americano ITT, que em Portugal domina um número grande de empresas e projecta alargar-se a outros ramos de actividade. Participou

em diferentes empreendimentos em associação com o Banco Intercontinental Português e com empresas espanholas, inglesas, francesas e suíças, foi também membro fundador do consórcio BRISA (a quem foi adjudicada a construção das auto-estradas).

Enfim não vale a pena alargarmo-nos mais sobre este assunto pois os factos apontados são mais do que suficientes para podermos ver as possibilidades da nossa empresa e poder analisar quais as suas dificuldades de que tanto falamos.

Portanto, camaradas, não tenhamos ilusões e lutemos até ao fim para que possamos conquistar os nossos direitos e não nos deixemos iludir com dificuldades que na realidade não existem.

PARA QUE SERVEM OS PATRÕES?

Camaradas,

As nossas lutas são justas e a greve neste momento é uma das formas de fazer ouvir a nossa voz. B por isso que nós nos devemos organizar não só na luta contra este ou aquele patrão, nesta ou naquela fábrica, mas na luta contra o sistema capitalista.

Com frequência, alguns companheiros apresentam a seguinte questão: se não houvesse patrões quem nos daria trabalho? Todos sabemos que para trabalhar necessitamos de uma fábrica, máquinas e matéria-prima, por outro lado sabemos também que quem construiu a fábrica e as máquinas foram os operários com o seu trabalho, assim como quem semeou o algodão, quem cuidou da lã, quem extraiu o mineral de ferro, foram respectivamente os cultivadores, os

pastores, os mineiros, os operários como nós. Por conseguinte, nós, nossas mulheres e nossos filhos só poderemos trabalhar porque estes diferentes operários nos forneceram fábrica, máquinas e matéria-prima. Logo, não é o patrão que nos dá trabalho, mas sim o pedreiro, o mecânico, o cultivador. Perante isto pergunta-se então quem lhes deu o dinheiro para que ele possa ter as fábricas que tem? Muito fácil camarada, enriqueceu à nossa custa; é a única maneira de fazer fortuna, os que trabalham ganham só o necessário para viver. Porém, diz-me se tu e os nossos companheiros não trabalhassem, não se oxidariam as máquinas do patrão e não se estragaria toda a matéria-prima? Claro que sim. Portanto, são os operários que produzem o dinheiro que o patrão consagra a a comprar máquinas para a produção: são, portanto, os assalariados como nós, que dirigem as fábricas, pois então, para que serve o patrão? Para explorar o trabalho, ou mais concretamente para explorar o trabalhador.

O artigo da luta dos trabalhadores da EFACEC-INEL — Lisboa publicado no COMBATE Nº. 5 era da autoria de um grupo de trabalhadores

EDITORIAL

Este é o quinto número de COMBATE. Entretanto, tem havido uma grande variedade de reacções ao jornal. Ocupemo-nos das críticas, já que é mais importante referi-las do que às manifestações de acordo.

Das críticas que nos foram feitas, as principais dizem respeito à nossa posição quanto:

— ao Governo Provisório,

— à questão da greve e

— ao facto de não sermos nem pretendermos vir a ser órgão de qualquer partido.

Por agora, debruçar-nos-emos sobre a primeira destas críticas. Em editoriais posteriores havemos de referir as restantes e outras que, sem dúvida, até lá nos serão feitas.

Aqueles que criticam a posição que nos números anteriores e no nosso Manifesto assumimos face ao Governo Provisório baseiam-se principalmente em dois argumentos. Primeiro, dizem que o actual governo tem defendido os interesses dos trabalhadores. Segundo, dizem que neste governo há representantes dos trabalhadores e que, portanto, ele não deve ser criticado.

Mas defende realmente este governo, como alguns dizem, os interesses dos trabalhadores? Analisemos as medidas até agora tomadas pelo Governo Provisório e vejamos como ele «defende» os nossos interesses.

Fixou-se um salário mínimo nacional, mas todos sabem que ele é ridiculamente baixo e que não chega para cobrir o aumento vertiginoso do custo da vida; além disso, uma grande porção dos trabalhadores portugueses, como os trabalhadores rurais e outros, não são tocados por esse salário mínimo.

Processa-se por todo o país uma onda de despedimentos, afectando milhares de trabalhadores, e o governo nada faz para a travar nem sobre isso se pronuncia.

A tabela de vencimentos que o Governo pretende impor ao funcionalismo público, com a sua grande diversificação, contribuiria para reforçar as hierarquias no aparelho administrativo e, por conseguinte, para tornar mais sólidas as posições dos reaccionários.

Lança-se, através dos jornais e dos outros meios de informação, uma campanha de calúnias contra os trabalhadores em greve, e os comunicados em que estes respondem são, na maioria das vezes, censurados. Pretende-se, deste modo, criar condições para poder generalizar a todas as greves a intervenção do exército, como ia sendo o caso nos CTT, ou da GNR, como está a acontecer na Conlus.

É editada uma lei de imprensa que vai recair principalmente sobre a imprensa dos trabalhadores.

Os capitalistas sentem-se tão à vontade como antes do 25 de Abril para continuarem a explorar os trabalhadores. Não se é pelos trabalhadores e pelos capitalistas ao mesmo tempo. E onde é que o Governo Provisório alguma vez atacou o capitalismo? Pelo contrário, o reforço da economia capitalista é um dos pontos declarados do programa governamental.

A exploração colonial continua, assim como continua a guerra, e intensifica-se mesmo, como no caso dos recentes assassinatos em Luanda, feitos de conivência com as autoridades nomeadas pelo Governo Provisório.

Um governo que, em três meses de funcionamento, consegue fazer tudo isto — pode-se dizer dele que defende os interesses dos trabalhadores?!

Que fazem então, neste governo, aqueles que se dizem «representantes dos trabalhadores»?

E, antes de mais: como seria possível que verdadeiros representantes dos trabalhadores participassem num governo que continua a explorar os trabalhadores e a matar os trabalhadores das colónias?!

Os representantes dos trabalhadores não participam nos governos da burguesia. O interesse dos trabalhadores é o de acabar com a exploração e com o Estado, de lutar por uma sociedade sem classes, nem Estado, nem opressão. Aqueles que em vez de lutarem contra o Estado, participam no Estado, e que em vez de lutarem contra a exploração reforçam as condições de existência do capitalismo — esses não representam os trabalhadores. São representantes de correntes reaccionárias, que têm interesse na manutenção da exploração capitalista.

E como podiam eles, aliás, representar os trabalhadores? Quem os mandou para tal efeito? Quem os elegeu? Que controle têm os trabalhadores sobre eles?

Só são representantes dos trabalhadores aqueles que forem eleitos pelas massas trabalhadoras e que estas a todo o momento possam demitir, se não estiverem contentes com a sua actuação. Representantes dos trabalhadores são os comités de greve, são todas as comissões de trabalhadores eleitas pelas massas e por estas controladas. Esses sim, são os nossos verdadeiros representantes — e por isso mesmo não participam no Estado da burguesia, mas lutam contra a burguesia e lutam contra o poder de Estado.

Aqueles que foram postos pela burguesia no governo da burguesia e que dizem «representar os trabalhadores» não foram eleitos, nem os trabalhadores têm sobre eles qualquer controle. Que contas nos prestam eles? São precisamente eles que menos declarações fazem sobre a actividade governamental. Dizem agora que o ex-primeiro-ministro Palma Carlos tentou levar a cabo um golpe de direita. Mas dizem-no só agora, depois de Palma Carlos se ter demitido. Se representassem os trabalhadores, há muito tempo já que nos teriam posto de sobreaviso. Mas, pelo contrário, diziam que tudo corria às mil maravilhas quando sabiam que no interior do Governo e da Junta se preparava um golpe das direitas. Tentaram manter os trabalhadores na ignorância, com medo de que a nossa revolta varresse Governo, Junta e outras instituições da burguesia, e os varresse também com elas. — Tais são os senhores que afirmam «representar os trabalhadores»!

Nós atacamos o Governo Provisório porque ele é um governo da burguesia que continua a exploração dos trabalhadores e porque nenhum dos seus membros representa os trabalhadores.

Do mesmo modo que só são representantes dos trabalhadores os que forem eleitos pelas massas trabalhadoras, por estas controlados e que possam ser demitidos em qualquer momento se a sua actuação não for do agrado dos trabalhadores, também não são «jornais dos trabalhadores» aqueles que censuram, de uma maneira ou outra, a sua expressão.

Só é jornal dos trabalhadores aquele onde os trabalhadores livremente escrevem. É este o objectivo que nos propomos seguir e que até agora temos seguido.

PERÚ: PARA COMPREENDER A LUTA CAMPESINA

As relações de produção dominantes na Serra do Cuzco no Peru são as derivadas de duas situações diferenciadas e, em qualquer dos casos, de tipo feudal.

Por um lado o «ayllu», a comunidade camponesa, localizada geograficamente logo abaixo dos cumes da serra, célula de comunismo primitivo que sobreviveu, apesar de mul-

to deteriorado, ao domínio dos Incas, à fase colonial e à República. «Ainda que, em geral, já seja permanente a posse de parcelas, o «ayllu» faz, no entanto, esforços para que não sejam vendidas a pessoas estranhas e para redistribuição de terras não cultivadas. Mantém-se, contudo, em grande escala a repartição anual das parcelas dedicadas aos cul-

tivos da zona. As pastagens naturais são propriedade colectiva. O trabalho é colectivo. A prestação de trabalho é recíproca, pagando-se trabalho com trabalho. Os trabalhos de benefício comum são encarados de forma colectiva. Conserva-se a organização comunal ainda que cada dia mais deteriorada pela regulamentação oficial».

Em sua oposição e criado fundamentalmente à sua custa está a «hacienda», o latifúndio, que chegou com a conquista espanhola, situado em zonas agricolamente mais ricas e sede da relação antagónica latifundiário-camponês dentro de cuja agudização resultou o processo revolucionário que levou à liquidação do regime de servidão e ao consequente desen-

volvimento do capitalismo na zona. As relações entre o camponês e o latifundiário são as seguintes: «O latifundiário dá uma parcela ao camponês para que este a trabalhe em benefício próprio. Como paga do arrendamento por esta parcela, o camponês ou colono ou «indio

(Continua na pág. 6)

GULBENKIAN A «REVOLUÇÃO CULTURAL» QUE NÃO FOI...

Quando os trabalhadores da Fundação Gulbenkian expõem em cartazes «A Fundação ao Serviço do Povo», «A Cultura para o Povo» querem exprimir um desejo sentido de ultrapassar as formas como a Fundação tem praticado uma política «cultural». No entanto, é facto que ao longo do desenrolar da sua luta, os trabalhadores da Fundação não conseguiram ou não quiseram aproveitar a oportunidade para, mesmo com carácter provisório, desenvolver um tipo de actividades que, ultrapassando o quadro restrito dos trabalhadores da Fundação, permitisse a discussão sobre os objectivos e a prática cultural da Fundação junto do povo e ao seu serviço.

Apesar de tudo a luta dos trabalhadores da Fundação levanta problemas importantes, como o da «igualdade» do saneamento nas empresas privadas.

Sobre este assunto transcreevemos o ponto 5 do comunicado emanado da «comissão executiva dos trabalhadores» em resposta ao comunicado da Administração, publicado por esta na imprensa diária como publicidade:

5. Entra aqui a questão do saneamento, que ocupa a última parte do comunicado da Administração. Para refutar esta posição dos trabalhadores, o Conselho pretende basear-se em argumentos de ordem jurídica e legal que apresenta como inderestrutíveis e irrefutáveis.

Quando lhe falta outra força, recorre «à força da lei», prova «cabal de seu desajustamento perante a realidade do processo revolucionário iniciado a 25 de Abril».

Com efeito, quando se pretende que todo um país esteja interessado em garantir «as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as nações» (Programa do Movimento das Forças Armadas), o Conselho de Administração vem opor-se ao saneamento da Fundação, com base no argumento de que as disposições legais entretanto publicadas apenas prevêm o saneamento das instituições públicas e não das particulares.

Habitado desde sempre à lei da força, o Conselho de Administração pretende continuar a impor a força da lei: habituado a participar na criação das leis e a que elas sempre exclusivamente existissem para e em benefício da classe detentora do poder, o Conselho de Administração confia uma vez mais na salvação pelo «juridismo» e «legalismo» que durante 48 anos nos impuseram; habituado a ver na lei o instrumento adequado para a defesa da arbitrariedade e do autoritarismo, o Conselho de Administração, visivelmente ultrapassado pelos acontecimentos, recusa-se a compreender que a lei actual lhe possa ser desfavorável, e possa não conter em si própria a salvação que desesperadamente busca.

Mas nem mesmo no terreno em que o Conselho se coloca a sua posição é estável e os argumentos que invoca se revestem de autoridade. Com efeito, contrariamente ao que afirma, o «chamado saneamento da Fundação» não é de forma alguma «absolutamente legal». Senão vejamos:

a) Não é legal, em primeiro lugar, porque para o ser não basta a invocada não previsão legal do saneamento das instituições particulares. Com efeito, como é óbvio, o facto de a lei prever expressamente o saneamento das instituições públicas e nada dizer concretamente quanto às instituições particulares não permite de forma alguma, por si só, que se conclua pela ilegalidade do saneamento das instituições particulares. Quando muito, o silêncio da lei seria neutral: nem impõe, nem proíbe.

b) Por outro lado, a leitura atenta do Programa do Movimento das Forças Armadas aponta decididamente para o necessário saneamento das instituições particulares. Não só no seu espírito, mas até na própria letra. Efectivamente, é absurdo pensar-se na possibilidade de «uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública» (Programa do Movimento das Forças Armadas), bem como numa nova política que conduza à solução dos graves problemas e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública? (Programa do Movimento das Forças Armadas), bem como numa nova política que conduza à solução dos graves problemas e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública?

português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas» (Programa do Movimento das Forças Armadas), que possa ser realizada só através do saneamento das instituições públicas, sem incluir as instituições particulares. Defender o contrário, para além de ser indesculpável irrealismo, é basear o progresso da organização social apenas nas instituições públicas. Ou seja, a posição defendida no comunicado conduz necessariamente à conclusão de que o saneamento na Fundação é, no entender do Conselho, totalmente indiferente para o processo em curso de «saneamento da nossa vida pública» (Programa do Movimento das Forças Armadas). O que, diga-se de passagem, não é muito abonatório da consciência que o Conselho de Administração tem das suas próprias responsabilidades para com o país.

Acrece que o programa do Governo Provisório, constante do preâmbulo do decreto-lei n.º 203/74 de 15 de Maio passado, declara não ser desejável «comprometer a genuidade das decisões que, no quadro democrático, ao povo pertencem», prevenindo ainda expressamente o mesmo diploma «o estabelecimento de regimes de participação dos trabalhadores na vida da empresa», o que, aplicando-se obviamente às instituições particulares, é indicativo seguro de que a nova ordem social em vias de se estabelecer considera como úteis e desejáveis o saneamento e reestruturação das instituições particulares.

c) Tem-se vindo a falar de instituições particulares. Efectivamente, o Conselho, com uma modestia deveras surpreendente, insiste quase exclusivamente nesta característica da instituição. Mas a Fundação, e até no comunicado do tal figura, é uma instituição particular de interesse público geral (artigo 1.º dos Estatutos e artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 40 690).

Se assim é, como podem restar dúvidas legítimas quanto à aplicação à Fundação do saneamento previsto e desejado no Programa do Movimento das Forças Armadas, uma vez que neste mesmo se declara literalmente que se pretende «uma política que conduza à solução dos graves problemas e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública»?

monia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública?»

d) Assim, tendo como certo que o actual ordenamento jurídico não impede, antes aconselha, o saneamento das instituições particulares, e por maioria de razão, o saneamento das instituições de interesse público geral, como é o caso da Fundação Calouste Gulbenkian, o único problema que subsiste face à argumentação aduzida no comunicado, é o de se saber a forma que revestirá o respectivo processo.

Mas também aqui, uma vez mais, o Conselho de Administração ladeia o problema.

É certo que o decreto-lei n.º 277/74 «só prevê e regula o saneamento dos servidores civis do Estado, serviços e empresas públicas, autarquias locais e mais pessoas colectivas de direito público».

Ocorreria argumentar com a própria semelhança da Fundação com as diversas instituições abrangidas pelo referido diploma legal, mas mesmo que se admita que assim não é, a única conclusão a extrair é a da não aplicação dessa lei ao saneamento a levar a cabo na Fundação.

Por isso, os trabalhadores jamais a invocaram, como não invocaram nunca qualquer outro diploma legal para regulamentar o pretendido saneamento.

Simplemente, o que não pode aceitar-se é que a ausência de regulamentação relativa ao saneamento das instituições particulares se conclua pelo impedimento de serem prosseguidos os respectivos processos.

e) Aliás, compreende-se perfeitamente que o Governo se tenha

preocupado prioritariamente em regulamentar o processo de saneamento dos servidores civis do Estado e das pessoas colectivas de direito público, deixando as instituições particulares a iniciativa do seu auto-saneamento.

De resto, é isso que tem sucedido em inúmeras empresas do país, sempre com base na firme iniciativa dos trabalhadores e, muitas vezes, sob a orientação da própria Junta de Salvação Nacional ou do Governo (Companhia das Águas de Lisboa, Companhia dos Transportes Marítimos, Transportes Aéreos Portugueses, etc., etc.).

Será a Fundação Gulbenkian menos importante do que estas empresas? Ao pretender invocar, com manifesta infelicidade, a letra do Programa do Movimento das Forças Armadas contra o seu espírito e em especial contra o espírito da Assembleia Geral dos Trabalhadores, o Conselho de Administração procura impedir, em vão, o processo de auto-saneamento que estes corajosamente empreenderam.

É este processo de auto-saneamento — absolutamente legal, inspirado no próprio Programa do Movimento das Forças Armadas e, em tantos casos, concretamente apoiado pela Junta e pelo Governo — que os trabalhadores da Fundação Gulbenkian, conscientes das responsabilidades culturais que têm para com o país, consideram indispensável promover.

Da sua realização não abdicam, nem abdicarão e, por isso, confiam em que as autoridades para quem o Conselho de Administração apela sejam as primeiras a estar conscientes da justiça que cabe aos trabalhadores.

SANEAMENTOS

Fala-se muito em sanear pessoas, mas talvez seja bom verificarmos melhor se a actualização das pessoas que devem ser saneadas é só devida a essas pessoas ou se é também devida à posição que essas pessoas ocupam no sistema em que vivemos. Isto não quer dizer que esses elementos não sejam saneados, mas devemos ter consciência que com esses saneamentos nada de fundamental se altera. Porque das duas uma, ou a pessoa que vem a substituir o saneado desempenha o papel que lhe é confiado pelo patrão ou então é o patrão que o tira de lá. Isto tudo porque não há ninguém que possa agradar às duas partes em causa: patrões e empregados. Exactamente porque os interesses do patrão passam pela exploração do trabalhador e as pessoas a quem normalmente é feito saneamento desempenham um papel muito «importante» na exploração, isto é, a sua função é oprimir os trabalhadores para defender os patrões.

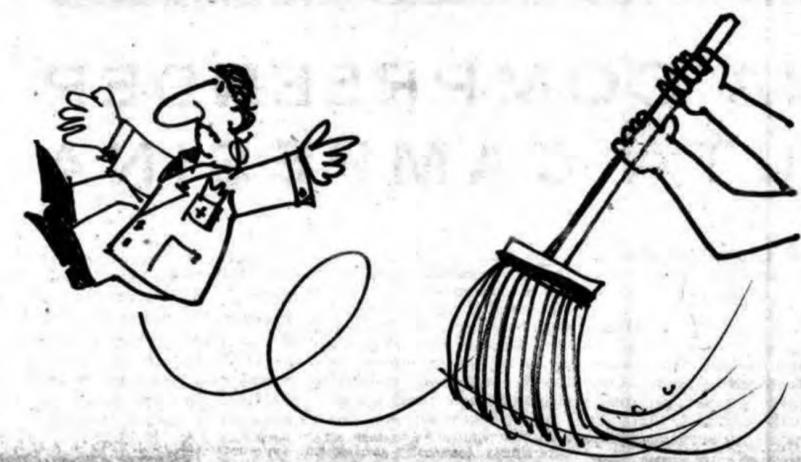
Não é por acaso que estas pessoas existem assim como não é por acaso que o ordenado dos engenheiros e chefes é sempre bastante maior que o ordenado dos trabalhadores. Ao dar um grande ordenado aos chefes os patrões estão a comprar estes e a pô-los do seu lado. Por isso, mesmo os trabalhadores normalmente são contra os chefes. Mas, é preciso ver que quem manda e paga ao chefe é o patrão e mesmo que o chefe seja mudado, outro que vá para lá, para o patrão o lá ter e lhe pagar tem de defender o patrão e, portanto, ser contra os trabalhadores que estão sob as suas ordens. Por isso, os trabalhadores só serão livres quando acabarem com os chefes e para isso têm de acabar com os patrões.

Não é por acaso que estas pessoas existem assim como não é por acaso que o ordenado dos engenheiros e chefes é sempre bastante maior que o ordenado dos trabalhadores. Ao dar um grande ordenado aos chefes os patrões estão a comprar estes e a pô-los do seu lado. Por isso, mesmo os trabalhadores normalmente são contra os chefes. Mas, é preciso ver que quem manda e paga ao chefe é o patrão e mesmo que o chefe seja mudado, outro que vá para lá, para o patrão o lá ter e lhe pagar tem de defender o patrão e, portanto, ser contra os trabalhadores que estão sob as suas ordens. Por isso, os trabalhadores só serão livres quando acabarem com os chefes e para isso têm de acabar com os patrões.

Não é por acaso que estas pessoas existem assim como não é por acaso que o ordenado dos engenheiros e chefes é sempre bastante maior que o ordenado dos trabalhadores. Ao dar um grande ordenado aos chefes os patrões estão a comprar estes e a pô-los do seu lado. Por isso, mesmo os trabalhadores normalmente são contra os chefes. Mas, é preciso ver que quem manda e paga ao chefe é o patrão e mesmo que o chefe seja mudado, outro que vá para lá, para o patrão o lá ter e lhe pagar tem de defender o patrão e, portanto, ser contra os trabalhadores que estão sob as suas ordens. Por isso, os trabalhadores só serão livres quando acabarem com os chefes e para isso têm de acabar com os patrões.

Nas últimas semanas as colónias têm, como ontem, sido teatro das maiores atrocidades. Assim, em Angola, assistimos nos últimos dias a uma histórica campanha terrorista levada a cabo pelos racistas

Journal da greve dos trabalhadores da EFACEC-INEL — LISBOA, N.º 11 de 22 de Julho.



OS MASSACRES NOS MUCEQUES DE LUANDA

MANIFESTAÇÃO ANTI-COLONIAL LISBOA • QUINTA-FEIRA • 18 DE JULHO

Texto de um dos comunicados distribuídos durante a manifestação



Na impossibilidade de conter militarmente o avanço impetuoso da luta dos povos das colónias e dado o crescente descontentamento que se vinha a verificar no seio da população portuguesa, a burguesia viu-se na necessidade de encetar uma viragem na sua política, a fim de ensaiar formas neocolonialistas de perpetuar a exploração dos povos das colónias. É essa uma das razões fundamentais que conduziram à queda do fascismo.

Ficaram assim criadas as condições para o desenvolvimento da ofensiva neocolonialista. É nesse contexto que se situam as negociações com carácter neocolonialista por parte do Governo Provisório. Mas à firme determinação dos movimentos em lutar até à independência total aliou-se a força dos trabalhadores das zonas sob domínio colonialista. A luta armada e as greves são um todo, uma força. É essa força que fez cair a primeira ofensiva neocolonialista.

Mas a burguesia não desarmou. Assistimos assim a uma ofensiva generalizada por parte da burguesia colonialista que nomeadamente conduziu, em Portugal, à recente crise governamental e que, nas colónias, mostra cada vez mais claramente a permanência do carácter bárbaro do colonialismo.

Nas últimas semanas as colónias têm, como ontem, sido teatro das maiores atrocidades. Assim, em Angola, assistimos nos últimos dias a uma histórica campanha terrorista levada a cabo pelos racistas

colonialistas ferozmente armados contra a população indefesa dos mucceques. Dezenas de mortos e centenas de feridos é o balanço em Luanda dos seis primeiros dias de uma carnificina que nada garante que esteja terminada. Muitas dessas vítimas caíram sob as balas e pancadas das forças militares e para-militares colonialistas.

Em S. Tomé e Príncipe sucedem-se as provocações, prisões arbitrarias, agressões físicas aos trabalhadores das roças e demais anticolonialistas.

Em Moçambique, bandos de mercenários, tendo à testa o famigerado Jorge Jardim e demais fascistas, dão indícios do início de uma investida criminosa provocando ainda mais vítimas indefesas, tendo já operários, trabalhadores, democratas e estudantes de Moçambique sido alvos dos seus tiros e bombas.

Em Cabo Verde, ameaças de morte, repressão violenta das manifestações anticolonialistas são factos do dia a dia. Houve até uma tentativa de afogar em sangue a recusa dos caboverdianos recrutados para o exército colonial em jurar a bandeira portuguesa, que nas colónias é o símbolo da exploração colonial.

Toda esta ofensiva bárbara e generalizada do colonialismo é feita a coberto do Governo Provisório e da Junta de Salvação Nacional.

O colonialismo está perdido! Sabem-no perfeitamente os fascistas colonialistas. Por isso

massacram a população civil indefesa, tentando continuar a sua obra «civilizadora». Dão, assim, continuidade aos massacres da Baixa do Cassange, Mueda, Pidjiguiti, Wyriamu, Inhaminga, Catete, etc.

A luta dos povos das colónias e dos trabalhadores de Portugal será essa resposta. A burguesia que explora os camponeses, os operários, os povos das colónias, explora também os trabalhadores em Portugal. Por isso a luta tem o mesmo fim acabar com a exploração do homem pelo homem.

Trabalhador português: o racismo é a arma da burguesia na sua tentativa de dividir para reinar.

Trabalhador português um povo que oprime outro povo não pode ser livre.

ABAIXO O RACISMO
ABAIXO O NEO-COLONIALISMO
ABAIXO O COLONIALISMO
ABAIXO O IMPERIALISMO E O CAPITALISMO
TRABALHADOR PORTUGUÊS, TRABALHADOR AFRICANO — CONTRA O MESMO INIMIGO O MESMO COMBATE

NÃO AOS MASSACRES
SIM A INDEPENDÊNCIA TOTAL E INCONDICIONAL DAS COLÓNIAS

VIVA O P.A.I.G.C.! VIVA O M.P.L.A.!

VIVA O M.L.S.T.P.! VIVA A FRELIMO!
VIVA A LUTA DO PROLETARIADO PORTUGUÊS CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS! Para que fique bem assente qual a nossa posição, e para assim nos dissociemos do que parece generalizar-se

Nós, desertores e refractários das Forças Armadas do Estado Português, trabalhadores assalariados, afirmamos como sendo nossa convicção o que se segue:

— A nossa desercção e recusa de incorporação têm um conteúdo essencialmente ANTI-CAPITALISTA. A consequência deste acto, que mesmo em certos casos nos transformou em trabalhadores, levou-nos a ultrapassar o nosso caso individual: a recusa das FA; para chegar à crítica da sociedade tal como ela está organizada: sobre a exploração do trabalho assalariado.

— Vivendo parasitariamente da exploração das classes trabalhadoras o Exército é, em iguais as sociedades sem excepção, uma máquina trituradora de homens, tendo por função a manutenção da ordem social existente, a defesa da classe dirigente de cada país e dos seus interesses nacionais no confronto com os das classes dirigentes dos restantes países. O Exército é a instituição onde os jovens operários sofrem a primeira dominação organizada e implacável da classe dirigente. Isto é verdade nos países do capitalismo privado, como nos de capitalismo (ou socialismo) de Estado: Rússia, China, Cuba, Vietnam do Norte, Albânia, etc.

— No mundo actual, dividido em dois blocos capitalistas (Occidental e de Estado) aparentemente antagonicos, nenhum país pode desenvolver-se independentemente, mas somente sob o controle de um desses blocos. Todo o desenvolvimento implica, assim, a organização da sociedade em classes, baseada no trabalho assalariado numa maioria de população em proveito duma minoria. Neste sentido, a Independência Nacional não constitui uma etapa progressista para a emancipação dos trabalhadores, mas apenas o prosseguimento da sua exploração sob uma forma mais lucrativa para o Capital. Desde já, a organização dos Movimentos Nacionalistas é tributária destes limites e repousa sobre os velhos esquemas da divisão social do trabalho, poder e decisão. As FA destes movimentos são tão opressivas como as portuguesas, vivendo em grande parte da expropriação da miserável produção agrícola dos camponeses locais e da ajuda dos países de Capitalismo de Estado que mais não é que a cristalização da exploração dos trabalhadores desses países. Do ponto de vista das classes trabalhadoras, as semelhanças entre estes dois esquemas são maiores que as diferenças.

— Nas colónias portuguesas, as organizações Nacionalistas exprimem o projecto de uma pequena e média burguesia local que aspira à independência nacional como quadro político e social da sua dominação económica. Após a independência, a tarefa destas organizações é a de gerir e desenvolver a acumulação da exploração com a ajuda de um dos dois blocos capitalistas mundiais. A possibilidade, mais ou menos próxima, duma transferência de Poderes das mãos dos colonialistas para as organizações nacionalistas, faz desde já aparecer lutas intestinas nestas organizações, confundindo todos aqueles que nelas viam a «intransigência revolucionária».

— Nesta situação, a revolta das populações rurais contra a progressiva miséria e destruição das condições de produção tradicionais, bem como a dos trabalhadores super-explorados das zonas urbanas, não podem ser resolvidas com uma Independência. As organizações Nacionalistas, uma vez no Poder, nada terão a oferecer senão o apelo, ao qual se seguirá a repressão, a «sacrifício» para a construção da pátria amada! Quantas semelhanças com a táctica actual da esquerda portuguesa no Poder!

— Isto não significa que não seja digno de nosso maior respeito o espírito de revolta contra o colonialista (branco, mas também, em certas circunstâncias, mestiço ou crioulo ou asiático) de largas camadas dos povos africanos desses territórios que os Movimentos Nacionalistas podem, mais ou menos bem, exprimir enquanto lutam contra a dominação portuguesa. E de qualquer maneira, episódios de revolta radical — como a de Março de 1961 no norte de Angola com a sua fantástica violência, — tiveram a significação da reconquista de uma dignidade essencial, espezinhada brutalmente por uma opressão e exploração seculares.

ORGANIZEMOS A LUTA CONTRA A NOVA CENSURA

— Revolução multada em 5000\$00

Quis o Governo Provisório com a Lei de Imprensa n.º 281/74, e sob «a necessidade de garantir a efectiva liberdade de expressão do pensamento preconizada no M. F. A.», infligir um duro golpe sobre a imprensa livre.

Efectivamente, uma semana depois da publicação do dito decreto-lei, surgem as multas à «Capital» de 100 contos, à «República» 30, e mais recentemente ao jornal «Revolução» de 5000\$00; precisamente devido ao facto de estes jornais terem publicado notícias referentes respectivamente a uma manifestação de protesto contra a prisão de 2 oficiais milicianos que se recusaram a intervir contra a greve dos C.T.T. (caso dos 2 1.º jornais) e da publicação dum artigo sob o título «Movimento de apoio ao M. F. A. nas frentes de combate da Região Militar de Moçambique», (caso do último).

Para quem o texto da Lei de Imprensa tenha deixado margem para dúvidas sobre o seu carácter de classe, dada a sua ambiguidade, pode analisar já as 1.ª consequências práticas da referida Lei, e verificar que a classe que ela pretende defender, que «Liberdade» pretende impor.

Pois se há jornais que têm disponibilidades económicas para acarretarem com determinadas multas o mesmo não se passará com os que pretendem defender uma Imprensa Livre, que vêm desse modo a sua existência legal ameaçada.

Transcrevemos em seguida um comunicado à população da «Revolução» porta-voz do P.R.P. — B.R., em que apoiamos e repetimos o apelo do seu último parágrafo, para que todos os trabalhadores e revolucionários, travem uma luta activa contra a nova censura, lutando por uma imprensa popular, divulgando amplamente as lutas dos explorados e oprimidos de todo o mundo, contra o capitalismo.

Comunicado à população

Recebeu o jornal «Revolução» uma carta assinada pelo Director-Geral da Informação em que este participa a atuação daquele jornal em 5000\$00 em referência ao documento publicado sob o título «Movimento de apoio ao M.F.A. nas frentes de combate da Região Militar de Moçambique», enviado à redacção, em papel de aerograma copiotografado, e que os nossos correspondentes confirmaram ter sido largamente distribuído em várias unidades de Moçambique.

O jornal «Revolução», porta-voz do P.R.P.—B.R., publica-se legalmente por decisão da Comissão Central do nosso partido, em face das novas condições criadas pelo movimento insurreccional de 25 de Abril. Assim pensamos poder continuar a defender os interesses dos trabalhadores, tal como o fazíamos durante o fascismo, empregando métodos de organização clandestina e de luta armada.

Desejamos entretanto esclarecer que aquilo que é considerado pela Comissão Ad Hoc como um período de expressão e audição pouco significativa — não sabemos com que critério — teve uma tiragem de 100 000 exemplares no primeiro número e de 50 000 nos seguintes. Não é realmente lido entre a burguesia, como é lógico, mas é lido entre os trabalhadores, verdadeiros interessados nas páginas deste jornal.

A lei de imprensa foi um golpe desferido nas liberdades criadas pelo derrubamento do fascismo visto que, aplicando castigos a posteriori se transforma num instrumento de censura nas mãos das administrações dos jornais diários. Por outro lado impede a informação sobre a guerra colonial e o apoio na imprensa das movimentações dos trabalhadores, colaborando assim no prolongamento dos dois principais flagelos da população portuguesa e dos povos das colónias — a guerra colonial e a exploração capitalista. Esta lei de imprensa já teve como vítimas os jornais «República» e «Capital» e os noticiários da Rádio Renascença.

Considerando que a lei de imprensa criada pelo anterior Governo Provisório é anti-constitucional, visto que contraria o parágrafo 1) da alínea g) do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, que não é susceptível de duas interpretações, decidimos:

— Enviar este comunicado e a carta do Ministério da Comunicação Social ao M.F.A. considerando-o responsável por esta multa, na medida em que não fez respeitar o seu programa, que é parte integrante da lei constitucional do País.

— Não pagar a multa de que somos objecto, remetendo o conflito assim criado para resolução entre a Comissão Ad Hoc e o M. F. A.

— Enviar este comunicado com uma cópia da carta do Ministério da Comunicação Social e uma cópia do documento visado a todos os órgãos de informação e agências noticiosas.

— Apelar para toda a imprensa livre e para todos os trabalhadores e revolucionários no sentido de se solidarizarem com o jornal «Revolução».

ORGANIZEMOS A LUTA CONTRA A NOVA CENSURA

«REVOLUÇÃO»

Porta-voz do P. R. P. — B. R.

PERÚ: PARA COMPREENDER A LUTA CAMPESINA

(Continuação da pág. 3)

de hacienda», está obrigado a trabalhar as culturas do latifundiário. Esta relação de tipo feudal complementa-se com outras obrigações do camponês; trabalho gratuito em construções, caminhos, transporte dos produtos, trabalho doméstico na casa do patrão, etc. Muitas destas obrigações incluem os membros da família do camponês.

E neste quadro que nasce e se desenvolve o movimento camponês do Cuzco. A partir de uma situação de alta valorização dos produtos da região e da subida do preço da terra que faz aumentar a cobiça dos latifundiários, a vanguarda de rendeiros e «allegados» (que estão para os rendeiros como estes para os latifundiários, só que sem qualquer relação de exploração entre eles, antes de solidariedade) desenvolve, com base nas organizações sindicais largamente aumentadas em dimensão e em força pela agudização das contradições existentes, um processo de luta que irá conduzir à apropriação das terras que cultivam. Este processo, que chegou à luta armada com a organização de milícias populares de defesa, foi parcialmente recuperado pela actual Junta Militar, apoiada pelos sectores modernos e industrialistas interessados no desenvolvimento capitalista da agricultura através da adaptação das velhas alianças à nova reformulação de classes no campo com a multiplicação de empresários agrícolas empregadores de trabalho e correspondente desenvolvimento de um proletariado mais estável (em contraste com o anterior trabalhador sazonal originário das comunidades camponesas de montanha).

Passando por cima de outros aspectos descritivos que poderiam melhor caracterizar a situação, nomeadamente o carácter de luta de uma nacionalidade oprimida, o índio, a evolução demográfica e o quadro geral das relações de produção com todas as suas gradações e misturas, importa referir, em apontamento, certos pontos básicos do processo de luta que julgamos perfeitamente generalizáveis:

1. A existência de um amplo movimento camponês que como qualquer outro produziu a sua própria vanguarda à qual faltou organização e disciplina que lhe desse consciência do seu papel no processo e lhe permitisse o passo para uma organização de carácter nacional.

2. O aparecimento do sindicato camponês como órgão

de poder com base na convicção dentro de uma mesma unidade geográfica dos seus membros, teatro de actividade dos seus membros. «Aos camponeses de um sindicato não só os liga a exploração directa de um latifundiário ou os seus atropelos, mas também necessidades comuns, que são por exemplo: A luta contra a exploração, abusos e parcialidade das autoridades. Construções, melhoramento do sistema de produção. Luta contra epidemias, etc.». Neste sentido a organização camponesa tem um significado mais amplo e mais político que o sindicato operário podendo as conquistas de poder ser realizadas por passos sendo claro, no entanto, que a instauração de uma democracia camponesa só será total com a revolução socialista à escala nacional.

3. A importância da luta como factor de educação das

massas, clarificando a sua posição na luta de classes, sobre a força que possuem e sobre a necessidade imprescindível da tomada de poder e do socialismo, o que se verificará em cada avanço conseguido na prática.

4. A prioridade a dar a todas as formas de luta que envolvam mobilização de massas em detrimento de outras a que estas não se sintam tão directamente ligadas.

5. A necessidade de respeitar e acatar a vontade dos trabalhadores por parte da vanguarda política lutando a seu lado nas reivindicações por eles expressas, sem prejuízo de assinalar e combater os aspectos negativos que possa haver nessa orientação.

Todos estes pontos terão de ser tidos em conta na análise e discussão imprescindíveis da nossa situação concreta e na escolha dos meios de luta.

TRABALHADORES, SOLDADOS E MARINHEIROS!

(Contín. das págs. centrais)

Na lógica de tudo isto, nós, desertores e refractários, dizemos:

— Recusamos toda e qualquer incorporação ou re-incorporação. Consideramos ilusória a atitude que consiste em pensar que é possível ir, hoje, para as FA para as subverter. A máquina militar esmagará todas as tentativas neste sentido. Ela só aceitará a integração no projecto reformista do M das FA. Foi nesta perspectiva que o nosso escríme foi perdoado: para que possamos ir ajudar a reconstrução nacional. Nós recusamos tal atitude, que não é senão a aceitação da sociedade tal como ela é. Nós respondemos: «Não temos deveres para com uma sociedade que não nos dá outro direito senão o de a aceitarmos assim». Como trabalhadores, esta tem sido a nossa posição nos países onde nos exilámos, ela será a mesma em Portugal. Obrigados que somos a vendermos-nos para viver, não temos nenhuma razão para darmos preferências a um patrão mais do que a um outro, só pela cor da sua bandeira ou pela língua que fala.

— Nós recusamos ser cúmplices na colonização. Nós recusamos agora ser cúmplices da descolonização, sob qualquer forma: serviço civil, cooperação nas colónias após independência, etc. Neste sentido, temos uma palavra para todos os que se encontram nas FA, nas colónias, e que, mais ou menos abertamente, pedem que sejam agora os desertores e refractários a vir balear aqui com os cornos. Tal atitude sádica revela o reconhecimento de que, ter aceitado a guerra, foi ter-se deixado utilizar pelo sistema. Pelo que nos toca, continuaremos assumindo a nossa posição.

— Recusamos o serviço militar tal como será reorganizado após o fim da guerra, dando origem a um exército de guerra civil, orientado para a repressão da classe operária e manutenção da ordem social, envolvendo nas greves, condicionando os jovens operários à submissão hierárquica, às estruturas de poder, à disciplina cega e aviltante. A função naturalmente repressiva do exército começou já a revelar-se abertamente: contra os presos do Lincoire, e os grevistas dos Correios e da Sopotana.

— Não apoiamos nem somos solidários de nenhuma organização nacionalista que se dizem representantes dos povos oprimidos, cuja exploração continuará após a independência, sob uma nova dominação de classe. Para já, a nossa simpatia vai para com os revoltosos das prisões de Luanda e Lourenço Marques, para com os grevistas do porto de L. Marques e de outras regiões urbanas.

— No imediato, nós afirmamos a nossa solidariedade:

— Com todos os actos de real subversão da máquina militar em Portugal. E o caso da agitação nos quartéis, da recusa das honras militares, das formaturas e outras formas de disciplina, da negação colectiva dos marinheiros da «Pêro Escobar» em sair para o mar, da decisão de guarnições da Guiné de abandonar os postos, etc. Só tais actos podem levar ao fim imediato da guerra e a uma convergência com as classes trabalhadoras em luta, impossibilitando a utilização das FA contra o movimento de classe.

— Com todas as acções que visem a insubmissão total, o direito de recusar a participação nas FA, em Portugal como noutros países onde um tal movimento se desenvolve.

— Com todas as acções tendendo à libertação imediata de todos os prisioneiros de guerra que se encontram nas prisões portuguesas, assim como nas do PAIGO, FRELIMO, etc.

— Com todas as acções tendentes a instaurar o direito de real discussão política e de organização na base, dos soldados e marinheiros, em todas as FA do mundo, em Portugal como na Rússia, em França como na China, nas do MPLA como nas da FRELIMO. Somos assim solidários das tentativas feitas pelos elementos mais radicais do M das FA, como o somos dos marinheiros franceses presos em Toulon pela sua acção neste sentido.

Que todos estes actos sejam parte integrante da luta dos trabalhadores do mundo pela sua emancipação, pela abolição dos estados e nações, da exploração do salariado. Que uma nova sociedade se construa, pela acção autónoma dos produtores, sobre as ruínas da velha, onde a administração dos homens, considerados coisas, seja substituída pela administração das coisas pelos homens, enfim senhores da sua vida e dos seus actos.

Simples desertores das FA, nós somos, hoje, DESERTORES DE UMA ORDEM SOCIAL contra a qual lutamos quotidianamente. Tudo o resto fica aquém do nosso acto inicial e das suas consequências.

Junho 1974. «Colectivo Desertores da Ordem Social Rainantes»

Aos Leitores:

Alguns leitores fizeram-nos críticas quanto ao título de um texto publicado no número anterior de "COMBATE" — "A Rússia fura a greve dos pescadores de Matosinhos".

Efectivamente, deve entender-se por esse título que quem fura a greve é o Governo da URSS, os capitalistas de Estado russos que, assim como procuram sabotar as lutas dos trabalhadores dos outros países para fazerem as suas negociações em melhores condições, exploram e oprimem os trabalhadores russos.

Pensamos que uma simples leitura do referido texto basta para deixar claro em todos os leitores que eram o Governo da URSS e os exploradores desse país que estavam em causa e não as suas massas trabalhadoras, as quais são tão exploradas como as de qualquer outro país capitalista. No entanto, preferimos reforçar esta posição deixando-a aqui bem clara.

ATENÇÃO!

No mês de Agosto só sairá um número especial do «Combate».

Preteende-se que esse número seja fundamentalmente uma síntese e uma análise crítica das lutas desencadeadas pelos trabalhadores desde o início do ano até agora.

Esta interrupção do jornal pode parecer estranha a muitos dos nossos leitores: não vamos de férias; também as lutas dos trabalhadores não param! A grande maioria dos trabalhadores não têm férias e mesmo que as tivessem

esse facto não afectava no essencial a sua situação de explorados.

Achámos, no entanto, fundamental, ao fim de 5 números do jornal e face às experiências concretas das lutas dos trabalhadores e à sua evolução qualitativa, reflectimos sobre a nossa própria experiência face aos objectivos que pretendemos atingir: dar a conhecer e unificar as diferentes lutas dos trabalhadores e de todos os oprimidos. Por outro lado urge reorganizar a nossa distribuição.

MANIFESTO DOS GREVISTAS DA MABOR

A CLASSE OPERÁRIA AOS TRABALHADORES A TODOS OS EXPLORADOS

CAMARADAS

Há trinta dias e trinta noites que estamos em luta aberta pelos nossos direitos elementares, por condições de vida dignas dum ser humano, contra um patrão que nos explora há vinte e oito anos. A luta tem sido dura mas estamos dispostos a continuar até à vitória total. Durante este mês aprendemos muito e hoje estamos mais conscientes e organizados do que nunca. Por isso a nossa união é, cada dia que passa, mais forte. Por isso, hoje sabemos que a nossa luta também vos pertence visto que sois tão explorados como nós. Por isso, decidimos explicar-vos nós próprios porque lutamos e porque contamos com a vossa solidariedade no combate de todos por reivindicações que a todos pertencem.

MABOR: 28 ANOS DE EXPLORAÇÃO

Profundamente ligada ao regime fascista cujas figuras mais importantes foram expulsas do governo pela força das armas na madrugada de 25 de Abril, a MABOR é uma das empresas do grupo Quina (Banco Borges & Irmão, Cerejeira, etc.). Desde que a fábrica abriu que a exploração de que já éramos vítimas nos campos se agravou. Necessitados de vender barato a nossa Força de Trabalho para conseguirmos subsistir temos vindo a ser explorados escandalosa e brutalmente. Alguns de nós foram mesmo sujeitos a interrogatórios dentro da empresa que acabaram por nos esgotar as forças e levar a perder os sentidos. Alguns de nós sentiram na carne e na cara os insultos, os interrogatórios da PIDE que chegou a viver cá dentro 24 horas por dia e tentou desesperadamente encontrar um «culpado» para as avarias que iam surgindo nas máquinas onde deixamos o nosso suor. A exploração do nosso trabalho já permitiu que — para além dos gastos desnecessários — os patrões tenham construído 4 fábricas aqui em Lousoado onde trabalham outras camaradas tão exploradas como nós. Todos nós já deixamos naquelas máquinas boa parte da nossa saúde!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

Por isso, de há muito tentamos conseguir melhores condições de vida, salários menos injustos, tentamos evitar que os moínhos de borracha nos levem os dedos, que o negro de fumo nos encha os pulmões, para falar só de dois exemplos. Ainda Salazar estava no governo e já nós — tal como milhares de camaradas deste país e do mundo inteiro — lutávamos pelos direitos que nos negam, tentávamos diminuir a exploração de que somos vítimas. Sabemos que enquanto houver patrões seremos explorados. O que nunca desistiremos é de avançar cada vez mais na luta por aquilo que nos pertence. Sabemos que venceremos!

MABOR: UM MÊS DE LUTA POR 6 CONTOS E 40 HORAS

Hoje temos condições mais favoráveis para impôr os nossos direitos, cada vez mais camaradas sabem que é pela luta que os direitos se conquistam, que é sobretudo na luta que descobrimos quem são os nossos verdadeiros e os falsos amigos, cada vez entendemos melhor como nos exploram, porque o fazem e como devemos lutar contra isso. Hoje, após trinta dias de greve com ocupação da fábrica, vimos já meia dúzia de traidores mostrarem a sua verdadeira cara, alguns mais fracos vacilaram, resistimos às ameaças, às chantagens e sobretudo mesmo mostrar a alguns trabalhadores não operários — que tentaram sabotar a nossa luta indo ao ponto de tentar entrar na fábrica à força, pondo-se abertamente do lado do patrão — que não estamos dispostos a desistir e não permitiremos que os traidores se confundam com os operários. Estamos certos de que só pedimos uma pequena parte do que nos pertence. Neste momento estamos em luta pelas nossas reivindicações que consideramos urgentes e as mínimas aceitáveis: Salário mínimo de 6 contos, 40 horas em cinco dias semanais de trabalho, um mês de férias com 100% de subsídio, subsídio de Natal de 100%.

Até agora conquistamos as duas últimas, aquelas que não afectam grandemente os lucros da empresa. A luta continua pelos seis contos e pelas 40 horas. Estamos certos de que para cada nova dificuldade encontraremos uma nova arma. Quando todos os jornais se calaram sobre a nossa luta, vimos para a rua, e nem o mau tempo nos impediu de gritar bem alto «Viva a classe operária! Unidos venceremos!». Há dois meses que não recebemos um centavo da empresa que nem sequer os salários de Maio — quando ainda pensávamos conseguir convencê-los a pagar-nos o que nos devem sem recorrer à greve — nos pagou. Percebemos então que só com a solidariedade dos camaradas que noutras fábricas são igualmente explorados por outros patrões conseguiríamos vencer a arma da fome que a administração não hesita em usar.

A NOSSA LUTA É A VOSSA LUTA!

Hoje sabemos que a nossa luta faz parte da luta que todos os operários travam contra todos os patrões onde quer que a exploração destes se exerça sobre quem tudo produz e pouco recebe. Hoje sabemos que só quando todos os explorados se unirem contra os exploradores conseguiremos vencer total e definitivamente! Até lá lutaremos cada vez mais, cada vez melhor por uma vida digna de homens, certos de que caminhamos para uma vitória que ninguém nos conseguirá arrancar das mãos!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!
VIVA A JUSTA GREVE DOS OPERÁRIOS DA MABOR!
UNIDOS VENCEREMOS!

28 de Junho de 1974

Voltamos mais uma vez a lançar o apelo para que nos contactem e enviem informações sobre todas as lutas; só na medida em que formos cada vez mais nós, os trabalhadores, a utilizarmos este jornal, mais ele se aproximará da função que pode e deve desempenhar — reflectir em cada momento o desenvolvimento da luta autónoma da classe operária.



ESTE JORNAL DÁ A PALAVRA AOS TRABALHADORES EM LUTA. É ESSA A NOSSA RAZÃO DE SER. PARA QUE ESTE JORNAL SEJA, CADA VEZ MAIS, A LIVRE VOZ DOS EXPLORADOS E DOS OPRIMIDOS, É NECESSÁRIO QUE TODOS NOS ESCREVAM.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Semestral	45\$00
Anual	90\$00
Apoio (anual)	150\$00

O pagamento deve ser feito no início da assinatura e enviado por cheque ou vale do correio para a nossa direcção provisória, em nome da directora interinã.

A DIRECÇÃO DO SINDICATO DOS QUÍMICOS DISCORDA DA POSIÇÃO GERAL ANTI-GREVE

Comunicado dos Sindicatos participantes na Reunião Intersindical Nacional de 13-7-74

O Secretariado da União dos Sindicatos do Sul decidiu suspender a Direcção do Sindicato dos Técnicos e Operários da Indústria Química das suas actividades naquele organismo intersindical, até a Direcção dos Químicos esclarecer a sua posição. Decidiu ainda apresentar esta questão, como ponto prévio, à Reunião da Intersindical Nacional de hoje. O pretexto para esta decisão grave parece ser o conteúdo da circular de 1-7-74 editada pela Direcção dos Químicos, e que tem por título: «Os trabalhadores dos Plásticos expulsaram os oportunistas».

A Direcção do Sindicato dos Técnicos e Operários da Indústria Química de Lisboa considera que a circular acima referida tem frases incorrectas que deformam o seu pensamento a respeito de questões importantes da vida sindical, no momento presente. Essa razão porque, na circular seguinte, datada de 3-7-74, ela publicou uma autocrítica em que esclarecia três frases erradas ultimamente aparecidas nas suas circulares e apresentava aos trabalhadores as insuficiências do seu trabalho que estiveram na base desses erros.

Uma vez que ainda subsistem dúvidas quanto à nossa posição em relação a vários problemas importantes, vamos explicitá-las mais uma vez.

1. O PROBLEMA DAS GREVES

A Direcção dos Químicos discorda da posição geral anti-greve que se tem tomado em nome da Intersindical, após o 25 de Abril.

A teoria que diz que se deve esgotar primeiro todas as hipóteses de diálogo e só depois fazer greve, é uma falsa teoria. Na maior parte dos casos, os patrões só se abrem ao diálogo depois dos trabalhadores terem entrado em greve e, deste modo, têm demonstrado a sua força. Fazer negociações sem estar numa posição de força é a

mesma coisa que pedir esmolas. Consideramos, pois, que a greve é uma necessidade e, na maior parte dos casos, o único meio de obrigar os patrões a «dialogar».

Outro argumento dos elementos que aparecem a tomar posição anti-greve em nome da Intersindical é o de que as greves não são oportunas neste momento. Nós dizemos, ao contrário, que em muitos casos são oportunas, neste momento, por três razões:

— é necessário que os trabalhadores recuperem os grandes aumentos do custo de vida verificados, sobretudo, a partir dos finais do ano passado, em virtude da chamada «crise do petróleo»;

— é necessário aproveitar a actual situação política para eliminar certas situações de super-exploração extrema que vigoravam no tempo do fascismo;

— é necessário, hoje mais do que nunca, que os trabalhadores desenvolvam na luta a sua educação e organização de classe de modo a não criarem ilusões sobre o actual regime democrático parlamentar e a estarem preparados para responder pela força a alguma tentativa de contra-golpe fascista.

É claro que, se não somos «bombeiros» (termo que, em gíria sindical, costuma designar os elementos que procuram acabar, com as greves), também não somos «incendiários». Quando os trabalhadores químicos nos vêm perguntar se devem fazer greve, nós procuramos ajudá-los a analisar as características da empresa e do sector específico em que está, a disposição dos trabalhadores para a luta, e a situação política. Estes critérios permitem aos trabalhadores definir conscientemente a oportunidade e os objectivos concretos da sua luta, evitando que eles caiam em reivindicações ou acções aventureiras.

É assim que nós pensamos que a Intersindical deve actuar em relação às greves. Pondo-se claramente ao lado dos trabalhadores e dando-lhes um apoio e um conselho crítico. Não tem sido assim que os seus representantes têm procedido. Em vários casos concretos, eles têm aparecido mesmo como um apoio importante dos patrões e têm suscitado fortes protestos da parte dos trabalhadores.

2. O PROBLEMA DOS PLÁSTICOS

Os trabalhadores dos plásticos já pertenceram ao Sindicato dos Químicos e foram afastados dele quando, numa das manobras típicas do tempo do fascismo, os patrões dos plásticos e o governo entenderam afastá-los para poderem praticar salários inferiores aos das restantes indústrias químicas. Aliás, quanto ao facto de a indústria dos plásticos ser ou não química não há qualquer dúvida, todos os documentos sérios sobre o assunto o reconhecem claramente.

Deste modo, nada mais natural do que, após o 25 de Abril, os trabalhadores dos plásticos queressem a sua integração nos Químicos. Formou-se uma comissão para o efeito e realizaram-se duas Assembleias Gerais, uma em Lisboa e outra em Leiria, em que milhares de trabalhadores discutiram e votaram a integração. O problema era de tal modo pacífico, que, em 4 de Junho, a referida comissão — mais propriamente, a chamada Comissão Directiva Provisória — enviou um ofício ao Ministro do Trabalho em que comunicava a integração e dizia expressamente que «todos os bens existentes» no Sindicato dos Plásticos passariam a «fazer parte integrante» do Sindicato dos Químicos.

Os problemas só se começaram a levantar quando o presidente da referida comissão apareceu a dizer que queria

arranjar um emprego de chefe de secretaria nos Químicos, e isso lhe foi negado. Além disso, as empregadas e o advogado fascista Faria Bravo também começaram a levantar problemas — elas por terem de ir trabalhar para a sede dos Químicos, ele porque sabia que ia ser corrido. E claro que este problema seria de fácil resolução, se estes oportunistas não comessem a ter o apoio de certos elementos da Intersindical.

Estes elementos começaram a fazer reuniões com a «Comissão Provisória» e a mobilizar trabalhadores da Marinha Grande, sobretudo, com o intuito claro de sabotar o processo de integração. A sua actividade divisionista chegou ao ponto de admitirem na Intersindical a dita Comissão Provisória, depois de ela ter organizado um assalto às instalações do Sindicato e ter levado os móveis para local desconhecido.

E se isto não bastasse ainda se dá o facto extremamente grave de toda esta actividade divisionista e de intervenção directa nos assuntos internos do Sindicato dos Químicos ser feita sem qualquer comunicação à Direcção do Sindicato. Quando, em reunião do Secretariado da Intersindical, um representante da Direcção dos Químicos protestou contra este estado de coisas, foi-lhe respondido que a posição expressa seria tomada em conta «a título particular».

Em face disto, a Direcção dos Químicos ergue o seu mais veemente protesto contra a actuação destes elementos do Secretariado da Intersindical e exige que este problema seja discutido, como ponto prévio, na reunião de hoje.

3. A NOSSA PRESENÇA NO SECRETARIADO DA INTERSINDICAL

A Direcção do Sindicato dos Químicos considera a Intersindical como uma

forma extremamente válida de organização sindical dos trabalhadores portugueses. É seu desejo colaborar o mais largamente possível em todos os organismos intersindicais para os quais foi escolhido (ou venha a ser escolhida) pelos outros sindicatos.

No entanto, esta nossa colaboração não nos levará a abdicar das nossas posições de princípio em matéria sindical; e, mais do que isso, não nos impedirá de lutar contra todos aqueles que querem dividir os trabalhadores, que querem fazer da Intersindical uma contada própria, um organismo antidemocrático, em que não seja possível o debate entre as várias correntes sindicais actualmente existentes.

Nós somos pela mais ampla unidade dos trabalhadores conseguida na luta consequente contra o Capital, construída através do desmascaramento de todos os que dividem os trabalhadores, ao procurarem fazer negociações com os patrões nas suas costas.

Nós somos pela construção de uma Intersindical democrática, aberta a todas as correntes do pensamento antifascista e anticapitalista, elaborando as suas decisões depois de debates amplos a todos os níveis.

A presente tentativa de afastamento da Direcção dos Químicos do Secretariado não é mais do que uma manobra de divisão, um passo para eliminar a democracia na Intersindical. Por isso, ela deve ser repudiada por todos os sindicatos verdadeiramente democráticos e fieis aos superiores interesses dos trabalhadores.

Lisboa, 13 de Julho de 1974

A DIRECÇÃO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

Os Muceques não são Campos de Concentração fascista gritou-se no dia 18 em Lisboa
(ler págs. centrais)

